



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

## **O AJUSTE FISCAL E AS NOVAS FACES DO CONSERVADORISMO À BRASILEIRA: dimensões econômicas e ideopolíticas**

Eliana Andrade da Silva, Lázaro Samuel Veras Bandeira

### RESUMO

O presente artigo traz algumas considerações acerca das novas faces do conservadorismo à brasileira através das determinações ideológicas, econômicas e políticas no contexto de ajuste fiscal, assim chamado de "permanente" pela sua constante reatualização cada vez mais perversa desde a década de 1990 com o avanço do neoliberalismo no conjunto das políticas sociais. O trabalho possui natureza qualitativa e quantitativa, com aporte no materialismo histórico-dialético na leitura da realidade social com suas múltiplas determinações gerais e particulares do objeto de estudo em destaque. Os resultados apontam para a identificação de que o conservadorismo, na particularidade brasileira, mostra-se como uma alternativa reclamada em tempos de crise, tendo como principais atores e interesses pela chamada "nova direita", que encontrou espaço nas Jornadas de junho de 2013 para conter os avanços da classe trabalhadora e restabelecer a dominação de classe de forma mais perversa através do irracionalismo, da moralização da vida e do redimensionamento das funções econômicas do Estado por meio de medidas austeras.

**Palavras-chave:** Ajuste fiscal. Conservadorismo. Brasil.

### 1 INTRODUÇÃO

---

Este trabalho consiste na socialização de parte dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa "As tendências das políticas de Agricultura Familiar nos PPA 2016-2019 e 2020-2022: as evidências do ajuste fiscal". Portanto, integra as atividades de investigação que estamos realizando na referida pesquisa, tendo como objeto de estudo o ajuste fiscal e as novas faces do conservadorismo à brasileira, em suas dimensões econômicas e ideopolíticas. A análise do objeto de estudo ora proposto requer a compreensão dos determinantes sócio-históricos da crise estrutural pela qual passa a sociedade capitalista, explicitando as contradições imanentes do atual processo de financeirização.

Isso ocorre porque frente à crise estrutural os grupos dirigentes elaboram estratégias que possam garantir sua hegemonia na sociedade. Assim, agências financeiras internacionais ampliam sua intervenção nas economias dependentes



impondo medidas de austeridade econômica, a qual tem sido justificada através do discurso da crise fiscal e do Estado ineficiente em relação ao gasto público. Este projeto vem sendo assimilado desde a década de 1980 por amplos setores da burguesia brasileira. A estratégia de implementação das medidas de austeridade está assentada nos seguintes eixos: adoção de uma política de ajuste fiscal permanente que possibilita a retirada crescente de direitos sociais das classe subalterna; b) estímulo para o capital privado, via isenções fiscais para empresas especialmente na privatização de serviços ligados à saúde e educação c) ampliação da política de crédito - com foco no cidadão consumidor, aliado à transferência de renda para os setores mais subalternizados da sociedade. A contraface desse projeto é a diminuição das funções sociais e econômicas do Estado no enfrentamento da Questão Social, o que gera impactos negativos nas condições de vida das classes subalternas, as quais são atingidas pela crise econômica estrutural experimentando índices mais altos de desemprego e de pobreza em um cenário de acentuada desigualdade social e econômica.

Em nossa realidade este processo de ajuste fiscal tem início ainda nos anos de 1980 e vem se consolidando nos anos de 1990 e se acirra nos anos 2000, tendo como metas o avanço do processo de privatização de empresas e serviços públicos, os incentivos ao capital estrangeiro e o estabelecimento metas de superávit que, associados, geraram um estrangulamento fiscal e orçamentário do setor público brasileiro. São exemplos das medidas de ajuste fiscal no Brasil os Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, PEC do Teto de Gastos. Estas medidas são resultantes da implementação de uma programática ultraliberal- conservadora que incide fortemente no Estado e na sociedade civil, aguçando as contradições sociais e econômicas, bem como aprofundando os conflitos políticos entre diferentes grupos sociais. Tais medidas fazem parte de um projeto conservador marcado por regressão nos direitos sociais, nas garantias trabalhistas e na fragilização da proteção social.

Dessa forma, o ajuste fiscal se constitui em uma tentativa do governo brasileiro em reconquistar a aliança com as classes dirigentes através da incorporação do discurso da "retomada do crescimento" a partir da redução de juros, do aumento do superávit primário e da retomada da confiança do Mercado no governo.



Nesse sentido, partimos do pressuposto que o ajuste fiscal se constitui como um fenômeno multifacetado constituinte de um projeto civilizatório conservador que expressa em uma dimensão econômica, uma dimensão política, uma dimensão ideológica e cultural. Embora as medidas citadas sejam de ordem econômica, é válido ressaltar que o ajuste fiscal como projeto conservador requer a construção de uma "opinião pública" favorável a estas ações. Assim, a dimensão ideocultural do ajuste fiscal vem à tona. Em análise do documento "Banco Mundial e ajuste fiscal" é possível identificar o conteúdo ideológico do discurso subjacente à esta proposta, especialmente a criação da figura do "estado gastador", ou seja: "O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Esta é a principal conclusão deste estudo, que analisa as raízes dos problemas fiscais recorrentes do Brasil e apresenta opções para sua solução" (2017, grifo do autor p. 11).

As medidas de ajuste fiscal se configuram, então, em um tipo de conservadorismo econômico apoiado em um conservadorismo ideológico, recuperando a noção de Estado mínimo como solução para equilíbrio fiscal do Estado. Sob as medidas de ajuste fiscal o Brasil tem vivenciado uma ofensiva ultraliberal conservadora expressa através de uma narrativa liberalizante e ortodoxa que objetiva gerar oposições tais como: equilíbrio fiscal versus garantia de direitos sociais. Dessa forma, entra em evidência a dimensão ideológica do ajuste fiscal e seu caráter conservador, à medida em que tenta elaborar um discurso social, objetivando obter consenso em torno das medidas de austeridade, buscando obter base social para legitimação delas.

No atual contexto a proposta de ajuste fiscal se associa a um projeto de contrarreforma do Estado (Berinhg, 2010) de caráter regressivo e conservador. Regressivo porque desconstrói direitos e garantias sociais e econômicas e conservador porque busca imprimir a sociedade um discurso e uma cultura do atraso, colocando em discussão questões como redução da maioria penal, criminalização do aborto, incentivo a homofobia entre outras questões. Segundo Lacerda (2019) observa-se um movimento denominado "novo conservadorismo brasileiro", o qual seria uma reelaboração do neoconservadorismo americano, tendo a "nova direita" como protagonista deste processo. A partir da última década esse novo ator político (nova



direita) inicia um movimento global de organização que pretende alterar os rumos da economia e da cultura, se expressando através das redes sociais, de partidos políticos conservadores, no parlamento (através de grupos como “bancadas da bala, da bíblia, da bola e do boi”).

No Brasil este movimento se expressa a partir de 2013 nas manifestações denominadas *Jornadas de junho*, com crescente impacto ideológico e cultural, quando os setores econômicos conservadores encontram um ambiente ideopolítico para avançar seu projeto econômico de ajuste fiscal e de redução das funções do Estado, com especial atenção em dois eixos: o rebaixamento dos custos da força de trabalho (através da desvalorização salarial e da terceirização de força de trabalho) e a desintegração dos sistemas de proteção social (através da reforma da previdência). Portanto, este trabalho objetiva mapear os elementos econômicos e ideológicos do ajuste fiscal enquanto um projeto conservador, e as particularidades do novo conservadorismo à brasileira.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

---

Conforme Lowy (2015) a segunda metade do século XXI tem sido marcada pelo ascenso político-eleitoral da extrema direita na Europa, Estados Unidos e também na América Latina, colocando em pauta temas como nacionalismo econômico, xenofobia, islamofobia, anticomunismo. Para o autor, esse novo protagonismo de extrema direita deita raízes na crise desencadeada a partir de 2008, atingindo duramente o continente europeu. Diante das incertezas econômicas cresce o *identity panic* - o que beneficia os setores conservadores em face de seu discurso contrário às minorias étnicas, sexuais.

Diante destes dados de realidade podemos nos questionar: quais as bases desta nova onda de conservadorismo que se espalha pelo mundo? Para entender a atuação do movimento conservador em escala global é necessário resgatar na história as bases formativas deste fenômeno. Voltemos no tempo para compreender que o Conservadorismo em sua vertente clássica - fundada por Edmund Burke - surge como uma reação às transformações sociais ocorridas no Pós-Revolução Francesa e Pós-Revolução Industrial. Nas elaborações de 1790, Burke se posiciona em favor do feudalismo, da hierarquia, das relações de parentesco, da propriedade privada, da



família patriarcal, da igreja, da comunidade local e da autoridade moral, despreza ainda as formas de vida dos subalternos, manifestando seu tradicionalismo, seu caráter restaurador e seu combate ao iluminismo. Aqui, a defesa dos ideais culturais da aristocracia então derrotada pela Revolução Francesa serão as bases das elaborações de Edmund Burke colocando como marcas indeléveis o caráter antirrevolucionário, reacionário, pragmatista e irracionalista de seu pensamento.

Se em sua origem o conservadorismo se constitui historicamente como opositor da modernização capitalista, em sua versão atual, tem funcionado como ideologia de crise, que ocupa lugar fundamental no processo de sustentação ideopolítica do capitalismo. De acordo com as reflexões de Souza (2020), o conservadorismo é uma ideologia que ascende em momentos de crise, visando a manutenção da ordem vigente. Assim, frente ao perigo de uma revolução social, os conservadores conseguem implementar reformas “pelo alto”, aglutinando os setores dominantes ao produzir um ambiente político e cultural antirrevolucionário na propagação do ideário da coesão social.

O conservadorismo desempenha, portanto, o papel de mecanismo ideológico que obtém o apoio social para legitimar a implementação da agenda neoliberal, por meio de medidas de austeridade fiscal, de privatização dos serviços públicos, de desregulamentação dos direitos sociais, de terceirização e da precarização do trabalho, implementando ataques regressivos aos direitos da classe trabalhadora. Preservando características históricas da vertente clássica - burkeana - o conservadorismo se metamorfoseia ao longo do tempo e reconcilia-se com o liberalismo em torno da defesa do mercado como portador das capacidades humanas. A novidade histórica é que no espectro do novo conservadorismo as tendências de extrema-direita e de movimentos filo-fascistas (americanas) se fortalecem.

No Brasil a incorporação do pensamento conservador sempre foi uma marca indelével da sociedade brasileira, apresentando-se em distintas fases da história nacional. Assim, o conservadorismo apresenta-se como um misto de passado e presente, persistindo as marcas estruturais da formação histórica brasileira como o racismo, a concentração fundiária, o passado colonial, o escravismo, as contrarrevoluções burguesas preventivas (“pelo alto”). Já as marcas do presente são:



a assimilação de valores e princípios como meritocracia, hierarquia, disciplina, defesa do mercado, além de uma celebração do libertarianismo (liberdade irrestrita ao indivíduo). Vale ressaltar que o novo conservadorismo à brasileira possui influências do conservadorismo britânico e da vertente norte-americana, os quais se aprofundam em face da crise do capital e da crise político-econômica brasileira iniciada na última década.

Ao adentrarmos à realidade brasileira, temos que as estratégias políticas e econômicas empreendidas no contexto do neoliberalismo - portanto, desde a década de 1990 - reatualizam e intensificam cada vez mais as medidas de ajuste fiscal, o que nos permite, a partir das reflexões de Behring (2018), caracterizá-lo como "permanente". Dentre as principais medidas que conformam o ajuste fiscal, destacamos a prioridade pela "realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública" (SALVADOR, 2017), mecanismo que permite o governo se apropriar das contribuições sociais reduzindo os investimentos na seguridade social e nas demais políticas sociais, tendo como prioridade a retenção de grande parte do fundo público para cumprir as metas fiscais com a dívida pública em detrimento do recrudescimento das expressões da questão social.

Até aqui, realizamos um movimento de aproximação teórico-conceitual acerca do Conservadorismo e do Ajuste fiscal, como referencial básico para as aproximações sucessivas no tópico dedicado aos resultados, onde pretendemos tecer algumas considerações sobre o atual momento em que se relacionam diretamente as medidas político-econômicas de cunho conservador no seio do Estado para garantir as benesses às classes dominantes por meio da intensificação de medidas austeras.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

---

As análises foram realizadas utilizando abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Dessa forma, ao longo da pesquisa mais ampla foram adotadas algumas escolhas metodológicas relevantes para o andamento da pesquisa que envolvem a opção por um referencial teórico que permita uma visão de totalidade, a utilização de diferentes técnicas (envolvendo



pesquisa bibliográfica, análise documental), visando identificar analisar os elementos do conservadorismo econômico e ideológico presentes nas políticas de ajuste fiscal do governo brasileiro a partir de 2016.

O presente trabalho socializa aspectos da primeira etapa da Iniciação Científica - o estudo bibliográfico - atividade contínua da pesquisa, dado que é imprescindível o aprofundamento das categorias de análise, sobretudo a categoria Conservadorismo. Nessa etapa inicial da pesquisa utilizaremos as obras de Edmund Burk, Marilda lamamoto, Jamerson de Souza entre outros. Com o avançar da pesquisa introduzimos os seguintes autores: Antonio Gramsci nos estudos acerca da concepção de "ideologia", Marina Basso Lacerda para aprofundar a compreensão sobre a noção de "conservadorismo brasileiro" e Felipe Demier para apreender sua elaboração acerca do que denomina de "onda conservadora".

A etapa de análise documental – a ser realizada consiste principalmente na análise do Plano Pluri Anual (PPA) 2016-2019 e PPA 2020- 2022 além de estabelecer diálogo também com os seguintes documentos: Projeto da Reforma Trabalhista, Emenda Constitucional 95, dentre outros. A escolha destes documentos está ligada ao fato de que os mesmos condensam as principais propostas de ajuste fiscal para o Brasil, no sentido de identificar as particularidades do ajuste na realidade brasileira. A análise destes documentos vem sendo realizada através da elaboração de um roteiro de pesquisa e será empregada a técnica de análise de conteúdo para interpretação das informações a serem socializadas em fase de finalização dos dados. A pesquisa leva em consideração as normativas que versam sobre a importância da ética na pesquisa com base na (Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde) apesar de não prever pesquisa com humanos.

## 4 RESULTADOS

*"(...) nunca podemos olvidar a natureza contraditória e de atendimento a necessidades concretas da classe trabalhadora que está presente nas políticas sociais, razão de sua presença necessária nas pautas dos trabalhadores, disputando o fundo público no contexto da luta de classes."*

Elaine Behring



Ao iniciar esta seção com uma importante reflexão de Behring (2018), em suas contribuições *para uma leitura crítica do Brasil recente*, corroboramos com o pensamento de que a disputa pelo fundo público - compreendida pela direção social que assumem os gastos públicos, quando redimensionados das políticas sociais para o pagamento de uma dívida pública, colaborando com o capital financeiro - é parte constitutiva da luta de classes. Essa análise se torna possível quando parte de um campo teórico que "interpreta o Estado como processo social e histórico", referimo-nos, então, à tradição marxista (BEHRING, 2018, p. 42).

Partindo dessas considerações sobre o Estado, que assume também a representação maior do antagonismo de classes presente nas relações sociais, destacamos também que:

[...] ele [o Estado] nunca deixou de ter uma direção de classe em sua condução, mantendo-se sua característica de ser uma dominação de uma classe sobre a outra. Fato de incorporar de forma mais intensa o conflito de classes aponta para novas contradições na totalidade, mas não dilui o caráter de classe do Estado burguês (Ibidem, p. 50).

No Brasil, a incorporação dos conflitos e das contradições da realidade no seio do Estado têm rumado nos anos mais recentes para uma forma de dominação que, além da face autoritária, reivindica também aspectos clássicos do conservadorismo. Conforme aponta Demier (2016), em suas análises sobre a *onda conservadora* que vem ganhando força coadunam para um país irreconhecível, tendo em vista o direito e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionarismo cultural, os quais ressoam em alto e bom som, sem os constrangimentos ideopolíticos do período anterior.

Após a década de 1990, conhecida como *a longa noite neoliberal*, onde os últimos governos desenharam o modelo em que o Estado deveria conduzir sua política fiscal para garantir os lucros do capital financeiro e adentrar no neoliberalismo - requisito dos organismos multilaterais -, a década seguinte (2003-2016) foi marcada pelo "social-liberalismo" dos governos petistas (BEHRING, 2018). Passado o período de sucessivas políticas de conciliação de classes - estas que são inconciliáveis - o veio social presente no governo vinha sendo, para o capital, um freio para a acumulação. Portanto, para as classes dominantes que em seu projeto de dominação hegemônica





oscilam entre a *conciliação* e a *devastação* (ANTUNES, 2018), a direita passa a se organizar mais fortemente a partir de todos os canais que lhes são favoráveis e, de forma mais organizada, nas ruas e nas redes, adquirem o seu ascenso com a cara de uma "nova direita" – conforme Lacerda (2019) – extremada pelo conservadorismo, que se organiza em torno da consigna "Deus, pátria e família".

Esse movimento conservador ascendeu fortemente, durante as manifestações denominadas de "Jornadas de junho", que eclodiram em 2013. Apesar do caráter progressista das manifestações, é consenso na literatura que tais manifestações foram capturadas pela burguesia, tornando-se um espaço de propagação de discursos e práticas despolitizadas, antipartidárias e acima de tudo, conservadoras. Uma conjunção de fatores imprimiu as bases do movimento de aliança burguesa que resultaria no impeachment contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, articulado pela classe dominante sob o discurso anti esquerda e anticorrupção (SOUZA, 2020). Conforme análise de Fernandes (2019, p. 93), os setores econômicos conservadores encontraram um ambiente ideopolítico favorável para avançar, neste caso, através das *Jornadas de Junho* - caracterizada pela "diversidade de multidões" - apresentam a conformação de um período "dinâmico, fluido e ainda pouco compreendido".

Esse período compreendido em uma década – entre 2013 e 2023 – comportou movimentos que marcaram a *despolitização* da política no Brasil (FERNANDES, 2019; YAZBEK, 2019), com fortes impactos também para o conjunto das políticas sociais. A ascensão da "nova direita" na conformação do conservadorismo à brasileira orquestra também o golpe forjado no processo de *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, para que as políticas de austeridade pudessem tomar forma como governo. O maior exemplo do "salto qualitativo" – na visão austera do Estado pelo neoliberalismo – empreendido nesse período, foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, que:

Ao definir um teto para os gastos primários por um período de 20 anos [...] constitucionaliza o estrangulamento com os gastos sociais, abrindo um potencial regressivo na garantia dos direitos sem precedentes na



história do país. A preocupação com o chamado ajuste fiscal obteve uma vitória que permitirá canalizar todo o aumento futuro na arrecadação para o pagamento de juros, já que foi eliminada qualquer vinculação dos gastos com as receitas. Abre-se, com esta emenda, a possibilidade de aprofundamento dos retrocessos vividos nas últimas décadas (BRETTAS, 2017, p. 73).

O projeto conservador da "nova direita" assume o Governo Federal após as eleições de 2018 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, que imprime desde seus discursos até suas políticas o reacionarismo e a defesa da conservação da sociedade, da moralização e da despolitização. No novo conservadorismo encontramos, então, desde algumas características das ideias clássicas de Edmund Burke, passando pelas matrizes europeias e americanas. A síntese singular se processa nas conexões entre essas influências e as condições históricas do capitalismo brasileiro, especialmente sob a financeirização. Assim, o racismo, a concentração fundiária, o passado colonial, o escravismo, as contrarrevoluções burguesas preventivas se conectam às tendências filo-fascistas atuais.

Dessa forma, o conservadorismo - mediado pelo discurso do antipetismo - emerge como veio de mobilização dos distintos setores da política, da economia (vide representantes da FIESP, do mercado financeiro), demarcando que um dos traços que assume o novo conservadorismo e a "Nova Direita" no Brasil é o "antipetismo" como variante nacional do anticomunismo. A propagação dessas tendências antipetistas e anticomunistas foi possibilitada pela organização de grupos denominados *think tanks* - termo que remonta às salas secretas nas quais se discutiam as estratégias de guerra nos Estados Unidos na década de 1960. Nasceram como organizações privadas, mantidas através de doações de pessoas físicas e jurídicas, formadas por especialistas, pesquisadores, técnicos advindos das universidades, cujo objetivo seria propor alternativas em termos de políticas públicas. Podemos analisar a função política destes *think tanks* a partir da contribuição de Antonio Gramsci na sistematização acerca dos aparelhos privados de hegemonia, considerando sua função na difusão do ideário de mercado e do anticomunismo. No Brasil, destacam-se neste espectro o Instituto Liberal, o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Brasil Livre, o Site Brasil Paralelo, o site Mídia Sem Máscara (do falecido "autointitulado filósofo" Olavo de



Carvalho), o Instituto Mises, o Instituto Liber, o Instituto Millenium, dentre outros. Estes aparelhos de hegemonia são formados geralmente por intelectuais, empresários, estudantes de economia e direito, profissionais liberais, programadores de computador e jornalistas. Um dos slogans utilizados recorrentemente por estas organizações é emblemático e sintetiza as tendências ideopolíticas destes grupos: "Menos Marx, mais Mises!". As principais referências teóricas destes grupos são Friedrich August Von Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman. No interior desta elaboração encontram-se tendências como a defesa da noção de Estado mínimo, a negação do Marxismo e a incorporação do Libertarianismo - corrente filosófica baseada na defesa moral e radical do livre mercado, de forma irrestrita. Nesta perspectiva os indivíduos possuem liberdade plena e não podem ser coagidos por outros indivíduos (ROCHA, 2021).

Em 2022, após ampla mobilização de diversos setores progressistas, Bolsonaro é derrotado nas eleições presidenciais e Lula é eleito para o seu terceiro mandato como Presidente, sinalizando, ao que nos parece, um enfraquecimento da "onda marrom" apontada por Lowy (2015) – caracterizada pelo ascenso de movimentos extremistas na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil; dando lugar à "maré rosa" (FERNANDES, 2022), caracterizada pela retomada ou ascensão de governos progressistas principalmente na América Latina – à exemplo de Boric no Chile, Petro e Franca na Colômbia e, por último, Lula no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O conservadorismo, como vimos até aqui, pode ser compreendido como um dos mecanismos ideopolíticos reclamados pelas classes dominantes em seu movimento de restauração - nos termos de Ruy Braga (1996) -, que se dá em meio a crises de hegemonia. Dessa forma, as tendências conservadoras que (re)surgem no Brasil na quadra histórica atual, na esteira das mobilizações de junho de 2013, assumem traços particulares em face da formação histórica brasileira marcada pela dependência econômica, pelo passado colonial, pelo autoritarismo, pelo escravismo e racismo.

Os novos atores do conservadorismo à brasileira são intelectuais, empresários, políticos, que têm sido representados e aglutinados, em geral, em organizações denominadas *think tanks* (aparelhos privados de hegemonia). Um "mix" de



fundamentações contribui para a formação deste novo conservadorismo à brasileira: encontramos desde algumas características das ideias clássicas de Edmund Burke, passando pelas matrizes europeias e americanas. Um aspecto a ser destacado são as inclinações e tendências filo-fascistas deste movimento, tendo em vista seu discurso violento contra os opositores. Nesse sentido, concordamos com Demier e Melo (2018) quando afirmam que o conservadorismo atual é representado por grupos, cujas características são extremismo, amplo uso de internet e adoção de um anticomunismo irascível.

Em caráter de síntese provisória consideramos que as atuais contradições do capital, exponenciadas em nosso tempo ressuscitam fantasmas do passado sob a forma de novo conservadorismo que em países como o Brasil - que não resolveu suas dívidas sociais históricas - este fenômeno representa as iniciativas burguesas de manutenção do domínio em fase de crise estrutural acionando os recursos da irracionalidade, da violência, do autoritarismo diante das classes subalternas no sentido de sua passivização. Portanto, a atual quadra histórica demanda a elaboração de uma contra hegemonia que enfrente esta ofensiva ideocultural em curso no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Prefácio. In: RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. SP: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: **Marxismo, política social e direitos** / Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Rita de Lourdes de Lima (orgs.). – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

BRAGA, R. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

DEMIER, F. O barulho dos inocentes: a revolta dos "homens de bem". In: BIANCHI, A. [et al]; **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. organização Felipe Demier, Rejane Hoelever. - 1.ed. – RJ: Mauad, 2016.



DEMIER, F.; MELO, D. Onda conservadora, crise orgânica e cesarismo de toga no Brasil. In: **Marxismo, política social e direitos** / Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Rita de Lourdes de Lima (orgs.). - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2018.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019.

\_\_\_\_\_. Right-wing authoritarianism against nature: the Latin America context. In: **Global authoritarianism: perspectives and contestations from the South**. International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (ed.) Political Science, v. 132 - [transcript], 2022.

LACERDA, M; B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan à Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MAGALHÃES, M. Sistema da dívida e os novos pacotes de ajuste fiscal. IN: **Revista Advir**. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017) - Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. SP: Todavia, 2021.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UFPE. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [recurso eletrônico] / Jamerson Murilo Anunciação de Souza. – Recife: Ed. UFPE, 2020.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa** / Maria Carmelita Yazbek, Marilda Villela Iamamoto (orgs.). - São Paulo: Cortez, 2019.